

# Foco de programas sociais na berlinda

Para especialista, não poder escolher o que se come é limitar a cidadania

Flávia Oliveira  
e Luciana Rodrigues

• Não tardará a sair do forno uma nova safra de análises sobre pobreza e renda no país, de carona na nova Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). O levantamento divulgado ontem pelo IBGE faz brilhar os olhos dos especialistas em estudos sobre miséria e desigualdades sociais. Eles enxergam na POF a oportunidade de analisar as condições de vida nas áreas urbanas e rurais do país, contando inclusive com a avaliação dos próprios moradores. Nas duas próximas etapas de divulgação da POF, o IBGE tornará público o nível de renda que os brasileiros consideram adequado para chegar ao fim do mês e o valor mínimo para cobrir seus gastos com alimentação.

O próprio governo terá a oportunidade de aperfeiçoar suas políticas públicas. A professora Sandra Chaves, do Departamento de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, afirma que a pesquisa torna urgente a implementação de uma política ampla de segurança alimentar. Segundo ela, os brasileiros demonstram imensa insatisfação não apenas com a fome, mas com a incapacidade de escolher o que vai comer:

— A sociedade é hiperinformada sobre a oferta de alimentos, mas o desejo de consumo que não se realiza leva à frustração. As pessoas não estão podendo escolher o que comem, na maior parte das vezes por falta de dinheiro. Isso limita a cidadania, porque o direito de escolha inexistente.

Para Fernando Gaiger, técnico do Ipea e doutorando da

Unicamp, os resultados da POF mostram que pobreza e falta de alimentação não estão necessariamente relacionadas:

— Isso vai até um pouco de encontro ao Fome Zero, mas pobreza não é só fome. A dificuldade de ter uma alimentação adequada pode vir da necessidade de honrar outras despesas. Se você não pagar o aluguel, é expulso de casa. Se não pagar a conta de luz, tem a energia cortada. Há gastos que são menos incomprimíveis do que a alimentação.

O economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, acha que a POF vai redesenhar o debate e políticas sociais no país. Segundo ele, a pesquisa mostra que as necessidades de alimentação e de rendimento dos brasileiros vão além do que estabelecem todas as linhas de pobreza conhecidas.

De modo geral, as políticas públicas e os estudos da área social consideram miseráveis os brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário-mínimo (entre R\$ 55 e R\$ 60 entre 2002 e 2003, período da POF). A FGV trabalha com R\$ 92. Ontem, o IBGE informou ao país que mais da metade dos brasileiros que ganham até R\$ 400 por mês (R\$ 111 *per capita*) não consegue cobrir suas despesas mensais; o mesmo acontece com 39,62% dos que ganham até R\$ 600.

— O dado revela que as pessoas se sentem pobres com valores muito acima do que as pesquisas costumam tomar por base. Isso certamente será revisto — diz Neri. ■

• INDICADORES DO RIO SE APROXIMAM DO NORDESTE, na página 26

## Por trás dos números, um Brasil solidário

Mais de 10% dos eletrodomésticos nos lares foram doados, trocados ou achados

Marcos Tristão

• Pela primeira vez nas pesquisas sobre orçamento, o IBGE investigou as despesas não-monetárias (que não envolvem dinheiro): trocas, doações ou coletas. Os números revelam um Brasil generoso. Mais de 10% dos eletrodomésticos que foram parar nos lares não envolveram um tostão. Nas roupas de crianças, 11,68% vêm sem o uso de dinheiro.

O economista Sérgio Besserman, ex-presidente do IBGE e hoje no Instituto Pereira Passos (IPP), afirma que essa é uma face positiva da sociedade brasileira que talvez não exista em outros países.

— Os carros usados são vendidos. Mas quem de nós já não doou um eletrodoméstico?

O aposentado Levely de Oliveira não pensou duas vezes quando viu no lixo uma mesa de jantar de madeira e duas cadeiras. Levou para casa, lixou e envernizou a mesa, consertou as cadeiras e completou a decoração de sua cozinha.

— É uma madeira de boa qualidade. Quem jogou uma mesa dessas fora só pode ser maluco — conta.

Nas despesas com mobiliário e artigos do lar, as transações não-monetárias representam 8,49% do total.

A solidariedade é o outro lado da



LEVELY DE OLIVEIRA

com sua mesa e cadeiras encontradas no lixo

carência de recursos e da insatisfação com as condições precárias de vida. No Rio de Janeiro, por exemplo, um em cada cinco entrevistados disseram que é normal faltar alimentos em casa e dois terços declararam que não costumam comer o que desejam. O economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), enxerga nessa insatisfação, que nem de longe pode ser comparada à fome nordestina, a

fagulha que fez nascer no estado campanhas como o Natal sem Fome.

Ele lembra que o Rio tem mais de 800 comitês da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, lançado nos anos 90 pelo sociólogo Herbert de Souza:

— Não foi à toa que campanhas desse tipo prosperaram no Rio. As pessoas se sentem decadentes, insatisfeitas, porque o estado vem perdendo espaço seguidamente, desde os anos 60. (F.O. e L.R.)